

Relatório

Registo de descrição

Data relatório

2022-08-10

Registo

PT/MPTL/ACPTL - Administração do Concelho de Ponte de Lima

Nível de descrição	F
Código de referência	PT/MPTL/ACPTL
Tipo de título	Atribuído
Título	Administração do Concelho de Ponte de Lima
Datas de produção	1807-12-23 - 1957-03-20
Dimensão e suporte	1.423 u.i. (354 livros, 468 cadernos, 367 maços, 215 folhas, 19 cadernetas); papel
Entidade detentora	Município de Ponte de Lima
Produtor	Administração do Concelho de Ponte de Lima
História administrativa/biográfica/familiar	<p>Este órgão da Administração Central, cuja atividade se regista a nível local, foi criado pela Carta de Lei de 25 de Abril de 1835, desenvolvida pelo decreto de 18 de Julho do mesmo ano.</p> <p>As funções do Administrador, regulamentadas por este diploma e posteriormente confirmadas pelo Código Administrativo de 1836, vieram a ser essencialmente as mesmas que haviam competido aos recém-extintos Provedores dos Concelhos e aos antigos Provedores das Comarcas nas atribuições que as Ordenações Filipinas conferira a estes últimos.</p> <p>Nesta conformidade era sua incumbência tomar contas aos testamenteiros e administradores de vínculos, morgados e capelas, assim como às Confrarias, Irmandades, Misericórdias, hospitais e outros estabelecimentos de piedade e beneficência. Acresciam a estas, funções policiais, a inspeção das escolas públicas, o recenseamento da população, a emissão de passaportes e dos bilhetes de residência, o registo civil, entre outras.</p> <p>Mas, as atribuições conferidas aos administradores dos concelhos foram sendo gradualmente restringidas no decorrer dos anos, em consequência, quer da autonomia concedida às corporações e corpos administrativos, quer da transferência da parte das suas competências para outras entidades. Rematando esta tendência, o Decreto nº 9356 de 8 de Janeiro de 1924 acabaria por suprimir o cargo de administrador do concelho, admitindo, no entanto, que subsistisse o exercício das respetivas funções, mas só a título gracioso, mediante o consentimento prévio do Governo e de acordo com os Governadores Cívicos.</p>
Sistema de organização	Organizado por séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas.
Condições de acesso	Comunicável, sem restrições legais.
Condições de reprodução	A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o tipo dos documentos, o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução. Reprodução sujeita à tabela emolumentar em vigor.
Idioma e escrita	Português
Instrumentos de pesquisa	Disponível no Sítio Web e no Portal Português de Arquivos.